

ADVERTÊNCIA

A MUNICIPALIDADE de HORTOLÂNDIA adverte a todos os licitantes, que não está hesitando penalizar empresas que descumpram o pactuado.

Solicitamos que as empresas apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que poderão entregar os objetos da forma como foi pedido no edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas e somente serão deferidos, se em total consonância com a lei.

Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a administração pública como para as empresas licitantes.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2022

EDITAL Nº 183/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5168/2022

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS

JURÍDICOS

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS (iniciais/documentos de habilitação)	23/11/2022 a partir das 08:00 horas					
PRAZO FINAL PARA CADASTRAMENTO (Propostas iniciais/documentos de habilitação)	05/12/2022 até as 09:00 horas					
INÍCIO DO PREGÃO (fase competitiva)	05/12/2022 às 09:30 horas					
Tempo de Disputa:	10 minutos					
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).						
LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br						

O MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, através da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal, após autorização do Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos nos termos da Lei Municipal nº 1.887/2.007, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará a abertura licitação na modalidade de Pregão Eletrônico instaurada sob o nº 149/2022, objetivando a "Aquisição de cadeiras giratórias com espaldar baixo, de acordo com as especificações contidas no ANEXO I – Memorial Descritivo", do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, que passa a fazer parte integrante do presente edital, como se aqui transcrito fosse. O certame deverá



ser processado e julgado em conformidade com o Decreto Federal n.º 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 1.423, de 09 de Setembro de 2005, com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, com base nas disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e demais normas complementares de direito privado e disposições deste instrumento.

1 - DO OBJETO

- 1.1. Constitui-se como objeto deste Pregão Eletrônico a "Aquisição de cadeiras giratórias com espaldar baixo de acordo com as especificações contidas no ANEXO I Memorial Descritivo", que passa a fazer parte integrante do presente edital, como se aqui transcrito fosse.
- 1.2. Para a aquisição ora licitada aplicar-se-á o disposto no artigo 62, § 4º da Lei Federal nº 8666/1993.

2 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias.
- **2.2.** Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira Sra. **MEIRE CRISTINA BARBOSA, nomeada nos termos da Portaria nº 1984/2022**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br).

3 – RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da



disputa.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **4.1.** Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:
- **4.1.1.** Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;
- 4.1.2. Atendam a todas as exigências deste edital;
- 4.1.3. Este certame será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014.
- **4.2.** O licitante deverá estar credenciado até no mínimo 30 (trinta) minutos antes do horário fixado no edital para apresentação da proposta e início do pregão.
- **4.3.** O custo de operacionalização e uso do sistema, **ficará a cargo dos licitantes do certame, que pagarão** à Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade, nos termos do Artigo 5°, inciso III, da Lei n.º 10.520/2002.
- **4.4.** Será **vedada** a participação de empresas:
- **4.4.1.** Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o Poder Público;
- **4.4.2.** Suspensas de participar de licitações realizadas pelo Município de Hortolândia:



- **4.4.3.** Que estejam em processo de falência e recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução;
- **4.4.4.** Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Hortolândia;
- **4.4.5.** Empresas reunidas em consórcio, qual seja sua constituição;
- 4.4.6. Sociedades de Propósito Específico (SPE).

5 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- **5.1.** O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- **b)** Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame:
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- **f)** Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Adjudicar o bem objeto da licitação, caso não haja manifestação de nenhum licitante quanto a intenção de apresentar recursos;
- j) Receber, examinar e encaminhar os recursos para decisão da autoridade competente;
- k) Elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;



- I) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.
- **m)** Encaminhar o processo à autoridade superior para abrir processo administrativo para apuração de irregularidade ocorridas durante a licitação, visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

6 – CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS

- **6.1** Os interessados deverão nomear por meio do instrumento de mandato, operador devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br;
- **6.2** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará através de seu representante designado, o qual deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;
- **6.3.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;
- **6.4.** Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações, no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br acesso "credenciamento licitantes (fornecedores)". As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmlicitacoes.com.br.
- **6.5.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas



em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Brasileira de Mercadorias;

- **6.6.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a <u>Bolsa Brasileira de Mercadorias</u> a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- **6.7.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7 - PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES

- **7.1.** A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.bbmnetlictacoes.com.br, opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação".
- **7.1.1.** As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.
- **7.2.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- **7.3.** Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, informados no site



<u>www.bbmnetlicitacoes.com.br.</u> de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00 horas (horário de Brasília).

8 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- **8.1.** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidos, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das propostas;
- **8.1.1.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato da sessão eletrônica, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.
- **8.2.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- **8.3.** Somente serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;
- **8.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- **8.5.** Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances não serão aceitos pedidos de desclassificação do licitante alegando como motivo "erro de cotação" ou qualquer equívoco da mesma natureza.
- **8.6.** Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não será aceito pedido de desclassificação do licitante aduzindo em defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só



ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.

8.7. O licitante que não mantiver a proposta ficará impedido de licitar e

contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de

até 05 (cinco) anos conforme regra o Artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02.

8.8. Estarão excluídos da aplicação das penalidades do item 8.7, os fatos

decorrentes de "caso fortuito" ou "força maior".

8.9. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados,

em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará

o autor dos lances aos demais participantes;

8.10. Caso haja desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa

competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos

licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível,

sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

8.11. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a

sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após

reagendamento/comunicação expressa aos participantes, via Chat do sistema

eletrônico, onde será designado dia e hora para continuidade da sessão;

8.12. A etapa de lances da sessão pública terá a duração inicial de 10 (dez)

minutos. Após esta etapa, a duração da etapa de lances será prorrogada

automaticamente pelo sistema, por mais 2 (dois) minutos, visando à

continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos

2 (dois) minutos, o sistema prorrogará automaticamente por mais 2 (dois)

minutos, e assim sucessivamente, até que não sejam registrados quaisquer

lances. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas, a

duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando finalizado o



segundo minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação;

- **8.13.** Devido à imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil;
- **8.14.** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;
- **8.15.** Concluída a fase de classificação das propostas, os documentos relativos à habilitação da empresa vencedora, bem como a proposta de preços atualizada, deverão ser impressos pela Administração Municipal, subsidiando o processo administrativo autuado para processamento da presente licitação;
- **8.16.** Caso a licitante classificada com a melhor proposta figurar entre o rol de fornecedores que forneceram orçamentos para a composição do preço de referência relativo ao objeto licitado, sob pena de desclassificação, os valores unitários da proposta NÃO PODERÃO SER MAIORES que os preços unitários apresentados no orçamento fornecido. Devendo ser observado o prazo de validade do orçamento fornecido.
- **8.17.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;



- **8.18.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- **8.19.** A(s) Microempresa(s), Empresa(s) de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais deverá(ão) declarar, no ato do envio de sua proposta no Sistema Eletrônico, em campo próprio do Sistema, que atendem os requisitos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei Complementar.
- **8.20.** Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- **8.22.** Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 8.18 deste Edital, a Pregoeira poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.
- **8.23.** Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- **8.24.** Deverá ser emitida pelo sistema eletrônico de pregão a COV Confirmação de Venda, contendo as qualificações e especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado.
- **8.25.** Caso haja a necessidade de ser suspenso o Pregão, tendo em vista a quantidade de itens, a Pregoeira designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

9 - PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e

verdadeiras suas propostas e lances

9.1.1 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser

informadas no campo próprio as MARCAS dos produtos ofertados. A não

inserção de informações contendo as marcas dos produtos neste campo

implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação

suficiente para classificação da proposta.

9.2. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no

ANEXO I – Memorial Descritivo;

9.3. A validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da

data da sessão pública do Pregão.

9.4. Serão aceitas até 02 (duas) casas decimais no preço do item ofertado.

9.5. O preço apresentado deverá abranger todas as despesas incidentes sobre

o objeto da licitação (impostos, fretes, seguros, taxas, encargos trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, prêmios de

seguros etc.), bem como os descontos porventura concedidos;

9.6. Na proposta deverá conter a especificação completa do produto oferecido

com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação,

totalmente conforme descrito no **ANEXO I –** Memorial Descritivo, deste Edital;

9.7. Data e assinatura do Representante Legal da proponente deverão estar

discriminadas na proposta;

9.8. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste

Edital ou da legislação em vigor.



10 - DO EDITAL

10.1. Além plataforma eletrônica disponível website da no www.bbmnetlicitacoes.com.br o Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br > Acesso rápido > Licitações ou junto ao Departamento de Suprimentos, da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância do equivalente ao custo por folha da Administração, nos termos do Decreto Municipal 4.992/2022.

10.1.1. Este recolhimento deverá ser feito através da guia de arrecadação competente.

11 – DAS INFORMAÇÕES

11.1. As informações administrativas relativas a este PREGÃO poderão ser obtidas junto ao Departamento de Suprimentos do Município de Hortolândia, através do telefone (19)3965-1400 – ramal 6915, ou do e-mail licitacao@hortolandia.sp.gov.br.

11.2. Os atos subsequentes a sessão como: resultados de análise de amostras, resultados de análise de documentos técnicos, resultados de prova de conceito e resultados de julgamento de recursos serão publicados no Diário Oficial do Município e no Portal BBMNET.

12 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no art. 24, caput, do Decreto Federal nº 10.024 de 2019.



- **12.1.1.** A Administração deverá decidir sobre a impugnação e responder os pedidos de esclarecimentos no prazo de **até 2 (dois) dia úteis**, contados da data de recebimento da impugnação.
- **12.1.2.** Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste **PREGÃO**.
- **12.2.** A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão.
- **12.3.** Os recursos administrativos serão disciplinados nos termos do artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10520/2002, observados os procedimentos lá estabelecidos.
- **12.4.** A impugnação ao edital deverá ser dirigida ao(à) Pregoeira, com indicação do procedimento licitatório a que se refere. devendo ser protocolizado eletrônico. através por meio do e-mail licitacao@hortolandia.sp.gov.br, iunto ou ao **Departamento** Suprimentos, situado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia/SP, no horário das 08h00min às 17h00min.

13 – DA HABILITAÇÃO

- **13.1.** A documentação relativa à habilitação deverá estar **válida na data da sessão**, sob pena de inabilitação. A documentação deverá, ainda, ser anexada na aba própria do sistema (documentos de habilitação), com arquivos nomeados expressamente conforme pedido, **até o prazo final fixado no preâmbulo deste edital** para o cadastro das propostas iniciais e habilitação.
- **13.2.** A documentação relativa à **<u>REGULARIDADE</u> <u>JURÍDICA</u>** é a seguinte:



- **13.2.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- **13.2.2.** Ato constitutivo consolidado, com objeto compatível, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição dos seus administradores;
- **13.2.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;
- **13.2.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- **13.3.** A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL** é a seguinte:
- **13.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda **CNPJ/MF**;
- **13.3.2.** Prova de regularidade para com a **Fazenda do Estado** da sede ou domicílio da licitante, em especial ao tributo de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, dentro do prazo de validade.
- **13.3.3.** Prova de inscrição no **Cadastro Estadual** de contribuintes da sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- **13.3.4.** Prova de regularidade para com a Seguridade Social **INSS**, com a Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União,



expedida pela Secretaria da Receita Federal ou via "internet", dentro do prazo de validade;

13.3.5. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – **FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, ou pela "internet", dentro do prazo de validade;

13.4. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO**-**FINANCEIRA** é a seguinte:

13.4.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, emitida pelo foro em que a proponente tem domicílio, expedida em data não anterior a 180 (cento e oitenta) dias da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar do documento, nos termos do artigo 31, inciso II, da Lei Federal 8.666/1993.

13.4.1.1. Na hipótese da proponente estar em recuperação judicial, possibilitase a apresentação de certidão positiva, juntamente com o Plano de Recuperação homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

13.5. A documentação relativa à **REGULARIDADE TRABALHISTA** é a seguinte:

13.5.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa.

13.6. OUTROS DOCUMENTOS necessários para habilitação da licitante:



- **13.6.1.** Declarações, Conforme **ANEXO II**;
- **13.6.1.1.** Todas as declarações apresentadas **devem estar subscritas** pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.
- **13.6.1.1.1.** Se a assinatura for física, o subscritor deve apresentar com a declaração, sob pena de inabilitação, <u>CÉDULA</u> <u>DE IDENTIDADE</u> (documento válido para identificação civil) que permita sua identificação e comparação com a assinatura presente na declaração.
- **13.6.1.1.2.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela **ICP-Brasil**, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, **dispensando-se** o envio de cédulas de identidade;
- **13.7.** A documentação relativa à comprovação de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** é a sequinte:
- **13.7.1.** Catálogos, desenhos técnicos ou manuais técnicos que comprovem que os itens ofertados atendem as TODAS AS ESPECIFICAÇÕES aqui indicadas.
- **13.7.2.** Certificado de conformidade a norma ABNT NBR 13962:2006 Móveis para escritório Cadeiras Requisitos e métodos de ensaios, pelo modelo certificação .
- **13.7.3.** Laudo técnico em conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 emitido por médico do trabalho e outros profissionais, sendo eles fisioterapeutas ou educadores físicos.



13.8. Os documentos técnicos deverão ser apresentados em até 10 (dez) dias corridos após o encerramento da sessão, para análise da secretaria requisitante, através do e-mail procon@hortolandia.sp.gov.br aos cuidados de Izabel Haitman ou no endereço na R. Argolino de Moraes, 415 - Vila São Francisco, Hortolândia - SP, 13184-230

14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

14.1 Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua emissão.

14.2. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pela equipe de apoio da Pregoeira.

14.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

14.4. Não serão aceitos protocolos ou requerimentos.

14.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar <u>toda</u> a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

14.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e



trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

14.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4°, inc. XXIII, da Lei nº 10.520/02.

14.6. As certidões deverão ser negativas ou positivas com efeitos de negativas.

15 - DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato da sessão eletrônica, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

15.2. As demais propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços, consoante critério de julgamento previsto abaixo.

15.3. Definida a classificação provisória, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória, conforme critério de julgamento.

15.4. Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se, a desistente, às penalidades previstas neste edital.



15.5. Declarada finda a etapa competitiva, o(a) Sr.(Sra.) Pregoeiro(a)

procederá à classificação definitiva das propostas, consignado-a em ata.

15.6. A Sra. Pregoeira poderá negociar com a autora da oferta de menor valor

com vistas à redução do preço.

16 - DOS RECURSOS

16.1. Após o encerramento da avaliação das propostas comerciais/ficha técnica

e habilitação, a Pregoeira informará aos licitantes, por meio de mensagem

lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente,

por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio

disponibilizado no sistema www.bbmnetlicitacoes.com.br.

16.2. Havendo interposição de recurso, a Pregoeira, por mensagem lançada no

sistema via Chat, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais

com as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da

sessão pública, e aos demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões,

em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo

para apresentação das razões recursais, nos termos do art. 44°,§ 1° da Lei

10.024/2019;

16.3. As razões recursais e as contrarrazões serão oferecidas exclusivamente

por meio eletrônico, no sítio, <u>www.bbmnetlicitacoes.com.br</u>, opção RECURSO;

16.4. A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de

recurso e a Pregoeira adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria

sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento

licitatório:

16.5. Na hipótese de interposição de recurso, a Pregoeira encaminhará os

autos devidamente fundamentado à autoridade competente.



16.6. O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de

aproveitamento.

16.7. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos

e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no

interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e

homologará o procedimento licitatório.

17 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. No julgamento das propostas será considerada vencedora a licitante que

ofertar o MENOR PREÇO UNITÁRIO, desde que atendidas as especificações

e exigências contidas neste Edital e seus anexos.

18 - DOS PREÇOS, DAS COTAÇÕES E DOS RECURSOS

ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da

proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre

o objeto licitado.

18.1.1. Serão desclassificadas as propostas cujo preço seja incompatível com

a realidade do mercado.

18.2. No exercício de 2022, as despesas correrão por conta das seguintes

dotações orçamentárias:

a) Ficha 89;

b) Ficha 31;

18.2.1. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação



orçamentária própria, consignada no respectivo Orçamento Programa.

19 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **19.1** A proponente vencedora, quando do cumprimento às Ordens de Fornecimento, emitirá as respectivas notas fiscais/faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.
- **19.2.** O pagamento será realizado mediante aceite, de que os serviços e ou produtos foram corretamente realizados e ou entregues.
- **19.3.** O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena após o ateste da nota fiscal pela contratante
- **19.4.** A Nota Fiscal deverá ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado na proposta, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matrizes.
- **19.5.** Considerando decisão proferida pelo STF RE 1.293.453 em 11/10/2021 e por força do Decreto Municipal 4.947/2021 que trata das regras de retenção de tributos no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades do Poder Executivo dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, ao efetuar os pagamentos a CONTRATANTE procederá à retenção do imposto de renda (IR).
- **19.5.1.** As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação de serviços contratados ou fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do art. 158 da Constituição Federal de 1988;
- **19.5.2.** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou prestação de serviços, para entrega futura;
- 19.5.3. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados



a pessoas ou serviços e mercadorias elencados no art. 4 º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

19.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a proponente vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$FM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado seguindo a fórmula:

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

20.1. As obrigações resultantes deste PREGÃO constam do Memorial Descritivo e demais anexos que acompanham este edital.

20.2. Os materiais deverão ser NOVOS e de PRIMEIRO USO.



- **20.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os Arts. 12,13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).
- **20.4.** Fornecer os <u>Objetos</u> conforme descrição deste Memorial Descritivo com garantia de 24 (vinte e quatro) meses para defeito de fabricação.
- 20.5. Cumprir o prazo de entrega
- 20.6. Apresentar Nota Fiscal/Fatura de acordo com a Nota de Empenho;
- **20.7.** Promover a correção da Nota Fiscal/Fatura que não for aprovada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;
- **20.8.** Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes dos materiais até o local de entrega, bem como a descarga;

21 - DO FORNECIMENTO

- **21.1.1.** A contratada se obriga a fornecer os itens objeto deste contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da solicitação formal pela contratante (recebimento da nota de empenho).
- **21.1.2.** As cadeiras deverão ser entregues no Almoxarifado Central localizado à Rua das Castanheiras, nº 200 Jardim São Bento CEP 13.187.065 Hortolândia Rua 03 Galpão 36 Complexo CELOG, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30 Contato Mário Bastos.
- **21.1.3.** No ato da entrega, o produto será recebido de forma provisória, levando-se tão somente em consideração as condições visuais, ou seja, quantidades, embalagens, volume, entre outros aspectos.



- **21.1.4.** Por ocasião da entrega, caso o produto fornecido não corresponda às especificações do Memorial Descritivo, a proponente vencedora deverá promover sua substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação escrita da Administração, não gerando qualquer ônus para a Municipalidade, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- **21.1.5.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante pela qualidade e garantia do produto.
- **21.1.6.** A montagem do produto deverá ser realizado quando solicitado pelo contratante no local que o mesmo determinar.

22 - DAS PENALIDADES

- **22.1.** São aplicáveis as sanções previstas no Decreto Municipal n.º 4.309/2019, de 28 de novembro de 2019, conforme **ANEXO III**;
- **22.2.** As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

23 - DA ANULAÇÃO DO EMPENHO

- **23.1.** A Prefeitura Municipal de Hortolândia reserva-se no direito de anular o empenho, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:
- a) falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução da proponente vencedora;
- b) Descumprimento, pela proponente vencedora, das determinações da



fiscalização da Prefeitura Municipal de Hortolândia;

- c) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21/06/1.993.
- **23.2.** A Prefeitura Municipal de Hortolândia poderá, também, poderá anular o empenho, independente dos motivos relacionados nas alíneas "a" a "c" do subitem anterior, por mútuo acordo.
- 23.3. Anulando-se o Empenho, por qualquer um dos motivos citados nas alíneas "a" a "c" do subitem 23.1, a proponente vencedora sujeitar-se-á a multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre a parte inadimplente, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da anulação do empenho. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização do Município de Hortolândia, os serviços já prestados, podendo o Município de Hortolândia, segundo a gravidade do fato ou da falta, promover processo administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a proponente vencedora seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com o Município de Hortolândia, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

24 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **24.1.** A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.
- **24.2.** O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses previstas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.
- **24.3.** A proponente vencedora deverá manter durante toda a vigência do Empenho, todas as condições de habilitação.



24.4. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, é

facultado ao (à) Pregoeira e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação,

promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do

processo.

24.5. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidas pela Pregoeira com a

assistência de sua equipe de apoio e, sempre que possível, utilizando-se de

legislação aplicável à espécie e dos princípios que norteiam o processo

licitatório, como também dos princípios gerais de direito.

24.6. As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas a favor da

ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências

formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e

nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de

qualquer licitante.

24.7. Os atos praticados neste pregão, após sua abertura, serão publicados no

Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial Eletrônico do Município de

Hortolândia.

25 - DOS ANEXOS

25.1. Constituem anexos deste edital:

ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÕES

ANEXO III - DECRETO MUNICIPAL N.º 4.309/2019

Hortolândia, 16 de novembro de 2022.

Eduardo Dias de Vasconcelos

Secretário Municipal Adjunto de Administração e Gestão de Pessoal



ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETO

1.1. Aquisição de cadeiras giratórias com espaldar baixo.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição se faz necessária tendo em vista que as cadeiras utilizadas atualmente estão em situação precária, sendo necessária a sua substituição. Além disso, a substituição do mobiliário atual, promoverá melhor qualidade da ergonomia para os servidores do Departamento Procon, contribuindo assim, para evitar acidentes de trabalho, está cadeira tem posição ideal para passar várias horas em longas jornadas de trabalho.

Medidas de acordo com a ABNT para permitir que você trabalhe com conforto e postura correta.

3. DESCRIÇÃO

Cadeira Giratória Operacional com Espaldar Baixo - Qtde 15 (quinze)

Descrição:

Cadeira giratória: Assento anatômico e estrutura reclinável, fixação à base se dará por estrutura de aço reforçada. Encosto em tela, anatômico e estruturado reclinável, união do assento/encosto estruturada em aço, interna ou externamente, regulagem de altura e regulagem do encosto. Estofamento em espuma de poliuretano na parte assento saliente do estofado, moldada anatomicamente, com espessura média de 40 mm. Revestimento do encosto superfície revestida de tela na cor preta, assento revestido em tecido preto. Base giratória movimentos silenciosos, sobre rolamentos com esferas que permitam o movimento de 360°. Composta de uma coluna central



confeccionada em aço e 5 (cinco) pés em plástico de engenharia injetado ou aço estampado, ou seja, sem emendas. Regulagem da altura do conjunto assento/encosto deverá ser pneumática ou a gás. Apóio-braços em poliuretano na cor preta. Regulável na altura e lateralmente. Rodízios cada pé possuirá 1 (um) rodízio duplo. peso suportado: 120 kg; produto de acordo com normas de dimensões e medidas, perfeito para longas jornadas. cadeira com posição ideal para passar várias horas em longas jornadas de trabalho. Medidas de acordo com a abnt para permitir que você trabalhe com conforto e postura correta.

Revestimento: Em Tela para encosto e Tecido para assento

4. PRAZOS

4.1 PRAZO DE ENTREGA

- **4.1.1.** A contratada se obriga a fornecer os itens objeto deste contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da solicitação formal pela contratante (recebimento da nota de empenho).
- **4.1.2.** As cadeiras deverão ser entregues no Almoxarifado Central localizado à Rua das Castanheiras, nº 200 Jardim São Bento CEP 13.187.065 Hortolândia Rua 03 Galpão 36 Complexo CELOG, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30 Contato Mário Bastos.
- **4.1.3.** No ato da entrega, o produto será recebido de forma provisória, levandose tão somente em consideração as condições visuais, ou seja, quantidades, embalagens, volume, entre outros aspectos.
- **4.1.4.** Por ocasião da entrega, caso o produto fornecido não corresponda às especificações do Memorial Descritivo, a proponente vencedora deverá promover sua substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação escrita da Administração, não gerando qualquer ônus para a Municipalidade, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- **4.1.5.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante pela qualidade e garantia do produto.
- **4.1.6.** A montagem do produto deverá ser realizado quando solicitado pelo contratante no local que o mesmo determinar.



4.2 PRAZOS DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, fora a dezena, após o ateste da nota fiscal pela contratante.

5. OBSERVAÇÕES

- **5.1.** Todos os elementos metálicos deverão ser apresentados sem nenhum tipo de resíduo de fabricação como graxas, sujidades, restos de cola, fuligem, raspas.
- **5.2.** Todos os elementos metálicos, salvo os realizados em aço inoxidável ou cromado, deverão receber tratamento antiferruginoso de proteção por meio de imersão para fosforização, ou outro tipo de banho que venha a ser indicado especificamente para o item, e pintura com tinta epóxi em pó, eletrostática.
- **5.3.** Todas as cadeiras deverão estar acompanhadas de manual de uso e conservação com orientações sobre a utilização e conservação do mobiliário.
- **5.4.** Todos os elementos em aço deverão possuir acabamento com cantos arredondados, sem arestas cortantes, pontas ou outros defeitos que possam causar danos físicos. Todos os elementos de madeira deverão possuir acabamento com cantos arredondados, sem arestas cortantes, pontas ou outros defeitos que possam causar danos físicos.
- **5.5.** Não havendo indicação em contrário, todas as medidas são tidas como aproximadas e poderão ter variação de até cinco por centos para mais ou para menos desde que não comprometa a funcionalidade ou as características esperados do móvel.
- **5.6**. O material deverá ser entregue embalado de forma a evitar danos ao mesmo. Após a entrega, caso o móvel venha desmontado, a municipalidade agendará junto ao fornecedor data para montagem.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

6.1. A empresa contratada se obrigará:

Fornecer os <u>Objetos</u> conforme descrição deste Memorial Descritivo com garantia de 24 (vinte e quatro) meses para defeito de fabricação.

Cumprir o prazo de entrega



Apresentar Nota Fiscal/Fatura de acordo com a Nota de Empenho;

Promover a correção da Nota Fiscal/Fatura que não for aprovada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;

Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes dos materiais até o local de entrega, bem como a descarga;

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. No exercício de 2022, as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias:

02.03.01.14.4220204.2018.4.4.90.52 / Ficha 89 / DR 01.100.01105 02.01.02.04.1310201.2008.4.90.52 / Ficha 31 / DR 01.110.000

7.2. Os faturamentos das notas deverão ser efetuados para o FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSO- FMDD – vinculado à Agência 6983-3 / Conta Corrente 200166-7 – Banco do Brasil

8. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

- **8.1.** A empresa vencedora deverá apresentar:
- **8.1.1.** Catálogos, desenhos técnicos ou manuais técnicos que comprovem que os itens ofertados atendem as TODAS AS ESPECIFICAÇÕES aqui indicadas.
- **8.1.2.** Certificado de conformidade a norma ABNT NBR 13962:2006 Móveis para escritório Cadeiras Requisitos e métodos de ensaios, pelo modelo certificação .
- **8.1.3.** Laudo técnico em conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 emitido por médico do trabalho e outros profissionais, sendo eles fisioterapeutas ou educadores físicos.

8.2. Os documentos técnicos deverão ser apresentados em até 10 (dez) dias

corridos após o encerramento da sessão, para análise da secretaria

requisitante, através do e-mail procon@hortolandia.sp.gov.br aos cuidados

de Izabel Haitman ou no endereço na R. Argolino de Moraes, 415 - Vila

São Francisco, Hortolândia - SP, 13184-230

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

9.1 - O objeto descrito neste Memorial Descritivo não conduz às marcas e/ou

fornecedores, portanto a definição do produto licitado é precisa, suficiente e

clara, de modo que não são definições excessivas, irrelevantes, subjetivas ou

desnecessárias e não limitam a competição.

9.2 - Declaramos que o gestor, suplente de gestor e fiscal do contrato de

aquisição serão nomeados através de portaria.

9.3 - Por se tratar de compra de baixa complexidade e de pequeno vulto, nesta

aquisição será vedada a formação de consórcio.

Hortolândia, 16 de novembro de 2022.

Vinícius de Moraes Félix Dornelas

Secretário de Assuntos Jurídicos

Silvânia Anízio da Silva

Secretária Adjunta de Governo

Ana Paula Portugal Ferreira

Diretora do Departamento de Proteção ao Consumidor



ANEXO II

Processo Administrativo 5168/2022

MODELO DE DECLARAÇÕES

Ref: Pregão Eletrônico Nº 149/2022.

DECLARA, sob as penas da Lei:

A empresa _______, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ______, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) ______, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº ______ e inscrito no CPF/MF sob o nº ______,

- **a)** Que até a presente data, inexistem fatos que impeçam a sua habilitação na presente licitação e que a empresa está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- **b)** Que está ciente de todas as cláusulas e exigências existentes no presente Edital, e se sujeita às suas condições, bem como às Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 que regem a presente licitação.
- c) Que não possui, em seu quadro de pessoal, nem utilizará no fornecimento do objeto desta Licitação, empregado(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz; nem menor de 14 anos em



•	ondição, nos 1988, conforn				do art.	7°, da	Constituição
r cacrar ac	rooo, comon	io Eoi ii	0.00 m 00.				
Local e data:							_
	Assinatura do Responsável pela Empresa						
	(Nome	Legível	/ Cargo/ C	arimbo	do CNP	·J)	_

- * esta declaração poderá ser apresentada por meio de cópia simples, preferencialmente em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ da empresa.
- ** Quando assinado manualmente, este documento deve estar acompanhado de cédula de identidade do subscritor.



ANEXO III

DECRETO Nº 4.309, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas decorrentes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, tendo como fundamento o artigo 115 da Lei nº 8.666/93.

ANGELO AUGUSTO PERUGINI, Prefeito do Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

- **Art. 1º** A aplicação das sanções e multas decorrentes das hipóteses indicadas nos artigos 81, "caput", 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, no âmbito do Município de Hortolândia, obedecerá ao disposto neste Decreto.
- **Art. 2º** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo edital do certame, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida de que trata o artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação.
- **Art. 3º** O atraso injustificado na execução do contrato para a execução de serviço ou obra, ou na entrega de materiais adquiridos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado na proposta, edital ou contrato, conforme o caso, nas seguintes proporções:
- I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia até o 30° (trigésimo) dia de atraso; e
- II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia a partir do
 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso e até o 60º (sexagésimo) dia.



- § 1º Ocorrendo a hipótese de atraso, devidamente certificado pelo órgão competente da Administração que, nesta oportunidade, já se manifestará sobre eventual prejuízo, o titular da Secretaria gestora do contrato deverá oficiar a contratada, antes da aplicação da multa, para apresentar sua justificativa, nos termos do artigo 7º, inciso I.
- § 2º Em sendo negativa a manifestação sobre eventual prejuízo de que trata o parágrafo 1º deste artigo, tal condição deverá, quando da efetiva entrega do objeto contratado, ser ratificada ou retificada através de nova manifestação do órgão competente.
- § 3ºA justificativa do atraso somente poderá ser apreciada ocorrendo caso fortuito ou força maior a impedir o cumprimento pela contratada no prazo avençado.
- § 4º Não será admitido atraso superior ao previsto no inciso II, ficando caracterizada, após esse prazo, a hipótese do artigo 4º deste Decreto.
- **Art. 4º** Pela inexecução total ou parcial do contrato para a execução de serviço ou obra e entrega de material, fica a contratada sujeita às seguintes penalidades:

I- advertência;

II- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida;
 III- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação com a Administração;

IV- declaração de inidoneidade.

Art. 5º Os materiais, serviços e obras contratados entregues e não aceitos deverão ser substituídos e/ou corrigidos no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a critério da Administração, contados do recebimento da notificação pelo contratado, sob pena de incorrer o fornecedor em inadimplência contratual.

Parágrafo único. Quando a substituição e/ou correção referidas no caput deste artigo for tecnicamente inviável no prazo indicado, tal situação



deverá ser devidamente caracterizada e instruída no processo correspondente, assim como submetida à aprovação da Secretaria gestora do contrato com base em parecer técnico emitido pelo dirigente da área gestora do respectivo fornecimento.

- **Art. 6º** O gestor, fiscal ou o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto da contratação, caso o titular da Secretaria gestora do contrato não o faça, deverá representar à mesma autoridade competente para aplicação da sanção administrativa, relatando a conduta irregular que teria sido praticada pelo contratado, os motivos que justificariam a incidência da penalidade, a sua duração e o fundamento legal.
- § 1º Quando se tratar de conduta irregular verificada durante o procedimento de licitação, caberá ao presidente da comissão de licitação ou ao pregoeiro responsável pelo certame a representação disposta no caput.
- § 2º A autoridade competente determinará a abertura de processo e designará servidor para presidir a apuração.
- **Art. 7º** Nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e 4º deste Decreto, a parte implicada será intimada, por ofício, com aviso de recebimento juntado aos autos, a oferecer defesa prévia, por escrito, perante o titular da Secretaria gestora do contrato, nos prazos abaixo estabelecidos:
- I- no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no caso dos incisos I, II e III do artigo 4º, contados da data da intimação;
- **II** no prazo de 10 (dez) dias, no caso do inciso IV do artigo 4º, contados da data da intimação.
- § 1º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar a parte implicada, a intimação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, computando-se o prazo estabelecido neste artigo, a partir da última publicação, cujas cópias serão juntadas ao processo.



§ 2º Decorrido o prazo, com ou sem defesa, o processo será remetido à autoridade competente, titular da Secretaria gestora do contrato, com relatório circumstanciado para deciçõe.

relatório circunstanciado, para decisão.

Art. 8º Fica delegada ao titular da Secretaria gestora do contrato a competência para processar e deliberar, aplicando, se for o caso, as multas e sanções de que trata este Decreto, nas hipóteses de contratações decorrentes de licitações nas modalidades e tipos previstos no artigo 23 da Lei federal nº 8.666/1993 e na modalidade prevista na Lei nº 10.520/2002, em sua forma presencial ou eletrônica, bem como nos casos de dispensa ou inexigibilidade com base nos artigos 24· e 25 desse mesmo diploma legal, obedecidos os

procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 9º Das multas e sanções aplicadas, caberá recurso ao Prefeito, encaminhado por intermédio do titular da Secretaria gestora do

contrato:

I - no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da intimação, na hipótese do inciso IV do artigo 4º deste Decreto, sendo que, em igual prazo, o titular da Secretaria gestora do contrato, poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do

recebimento do recurso;

II- no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação, nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e incisos I, II,III do artigo 4º deste Decreto, podendo, no mesmo prazo, o titular da Secretaria gestora do contrato reconsiderar de sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

§ 1º Os recursos obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos no artigo 6º deste Decreto.

§ 2º Em se tratando de penalidade aplicada em procedimento licitatório



na modalidade de Convite, o prazo para a apresentação de recurso será de 2 (dois) dias úteis, de conformidade com o disposto no artigo 109, § 6º da Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores.

- § 3º Em quaisquer dos casos aludidos nos incisos I e II deste artigo, a reconsideração do titular da Secretaria gestora do contrato, quando ocorrer, deverá ser necessariamente ratificada pelo Senhor Prefeito.
- Art. 10 As multas de que trata este Decreto poderão ser cobradas mediante dedução de eventuais pagamentos devidos à contratada ou, na ausência destes e a critério da Administração, do valor da garantia por ela prestada.
- § 1º O prazo para o recolhimento das multas previstas neste Decreto é de 15 (quinze) dias contados da notificação, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração, por mais 15 (quinze) dias.
- § 2º Não sendo possível a cobrança de multas na forma prevista neste artigo, será a cobrança efetuada por meio de medidas administrativas ou judiciais, incidindo correção sobre o valor devido no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer.
- § 3º As multas serão calculadas também sobre os reajustamentos contratuais, se houver.
- **Art. 11** As multas e sanções aplicadas com base neste Decreto são autônomas e a aplicação de uma não exclui a das outras.
- **Art. 12** É adotada, no âmbito da Prefeitura Municipal de Hortolândia, a IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) como índice de atualização por atraso de pagamento nos contratos de aquisição de bens, execução de obras e prestação de serviços, bem como para liquidação administrativa de valores devidos em razão da aplicação das multas de que trata este Decreto.
- Art. 13 As normas estabelecidas neste Decreto deverão constar de todos os



procedimentos licitatórios e de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art.14 As disposições constantes deste Decreto aplicam-se aos procedimentos licitatórios e de inexigibilidade e dispensa em andamento, ressalvados os percentuais de multas anteriormente pactuados nos contratos vigentes.

Art. 15 As multas e sanções referidas neste Decreto não impedem a aplicação de outras penalidades previstas em lei.

Art. 16 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Hortolândia, 28 de novembro de 2019.

ANGELO AUGUSTO PERUGINI Prefeito Municipal

CLAUDEMIR APARECIDO MARQUES FRANCISCO
Secretário Municipal Interino de Administração e Gestão de Pessoal

(Publicado nos termos do artigo 108 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal de Hortolândia)



AVISO PREGÃO ELETRÔNICO

O Município de Hortolândia torna público aos interessados, a Rebertura do Pregão Eletrônico nº 149/2022, Edital nº 183/2022, Processo Administrativo nº 5168/2022, cujo objeto consiste na 183/2022

<u>CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS</u>

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS (iniciais/documentos de habilitação)	23/11/2022 a partir das 08:00 horas					
PRAZO FINAL PARA CADASTRAMENTO (Propostas iniciais/documentos de habilitação)	05/12/2022 até as 09:00					
INÍCIO DO PREGÃO (fase competitiva)	05/12/2022 às 09:30 horas					
Tempo de Disputa:	10 minutos					
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).						
LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br						

Além da plataforma eletrônica disponível no website www.bbmnetlicitacoes.com.br, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br > Acesso rápido > Licitações > ou junto ao Departamento de Suprimentos, da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia — SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância do equivalente ao custo por folha da Administração, nos termos do Decreto Municipal 4.992/2022.

Hortolândia, 16 de novembro de 2022.

Eduardo Dias de Vasconcelos Secretário Municipal Adjunto de Administração e Gestão de Pessoal